

A natureza contraditória do Estado capitalista na era na financeirização

*Giovanni Alves**

É nosso intuito tecermos brevíssimas reflexões sobre o candente tema "Globalização e Estado", procurando salientar a natureza do Estado capitalista que surge a partir do desenvolvimento da mundialização do capital. Ou seja, surge um Estado capitalista cada vez mais subsumido às injunções da valorização do capital financeiro, mas com importantes tarefas de reconstituição de novos espaços de valorização. De certo modo, o Estado capitalista sob a era da mundialização do capital é frágil e é forte. É impotente e é poderoso. Serve à financeirização e organiza a produção capitalista mundial.

De início, é importante compreendermos o que entendemos por "globalização". Ela é uma nova etapa do capitalismo mundial, instaurado pelo processo de mundialização do capital. Surge o que François Chesnais considerou como sendo *um novo regime de acumulação sob a dominância do capital financeiro*. Ou ainda o que David Harvey indicou como sendo uma *regime de acumulação flexível*. A partir desse novo modo de acumulação do capital que se propaga pelo mundo burguês, reconstitui-se o próprio complexo de sociabilidade capitalista, que abrange o mundo da política e o mundo da cultura, o mundo do trabalho e o mundo da economia.

* Giovanni Alves é professor de sociologia da UNESP, Campus de Marília.

É em decorrência da mundialização do capital que ocorreram - e ocorrem - importantes transformações na natureza do Estado capitalista, não apenas do Estado capitalista dependente, subalterno no interior da ordem capitalista mundial, tal como, por exemplo, o Estado brasileiro, mas do Estado capitalista dominante, ou seja, aquele que tornou-se objeto das reflexões clássicas da teoria política moderna (os Estados-nação do centro capitalista).

Acreditamos que tanto um, quanto o outro sofreram, de modo particular, e diferenciado, os impactos das transformações estruturais da economia capitalista mundial. Mesmo os Estados capitalistas dominantes tendem a constatar a erosão de sua capacidade soberana de levar à prática programas nacionais e integrais, ou seja, a sua capacidade de intervir e controlar suas economias internas. Por outro lado, impõe-se a todos os Estados capitalistas novas formas de articulação, seja no plano subnacional e principalmente supranacional.

Mas, quais as principais características do Estado capitalista sob a era da mundialização do capital?

Primeiro, o Estado capitalista, com a mundialização do capital, torna-se *frágil diante do capital financeiro*, torna-se submetido às injunções da financeirização. É sob essa ótica que é possível considerar o que uma série de autores salientam como sendo o declínio do Estado-nação, o Estado capitalista capaz de controlar (e planejar) a vida nacional. Surge um Estado capitalista que, em maior ou menor proporção, é incapaz de contrapor-se à massa de capitais voláteis que não respeitam fronteiras nacionais. Mais do que nunca, a contingência e a indeterminação assolam a política nacional e o "Leviatã" moderno, deixado por si só, encontra-se acuado diante de mercado mundial integrado e à serviço da financeirização.

Por outro lado, o Estado capitalista torna-se *um mero "intelectual orgânico" do capital transnacional*, um organizador de uma "nova estatalidade" ou sistemas de Estados-nação, conduzida

por um Estado hegemônico (no caso da União Européia, Alemanha e França; no caso do Mercosul, Brasil e Argentina; e no caso do Nafta, os Estados Unidos), capazes de proporcionar, para o capital transnacional, novas escalas de acumulação para além da territorialidade nacional. Na verdade, a tarefa de reconstruir novos espaços de valorização é, antes de tudo, uma tarefa estatal, ou mais ainda, inter-estatal. Por isso, a relevância da política internacional, da direção de um Estado hegemônico capaz de rearticular uma série de Estados regionais e constituir este novo espaço de estatalidade supranacional regional adequado a escala de acumulação das corporações transnacionais.

Mais do que isso: o terreno nacional é recortado pela política estatal tão-somente como áreas de valorização, portanto, clivada por desigualdades e exclusões sócio-regionais, como é próprio da natureza do capital. É através da reorganização do terreno nacional, para além de si mesmo, tal como a União Européia, o Nafta ou o Mercosul, que o capital transnacional instaura um novo patamar de modernização capitalista. Aprofunda-se aquilo que Marx, desde o "Manifesto Comunista" de 1848, salientou: "a burguesia cria um mundo à sua imagem". Para isso, o Estado capitalista, mais do que nunca, exerce um papel primordial.

Finalmente, o Estado capitalista torna-se um importante *vetor de reconstituição das classes e frações de classe*. Contribui para a reconstituição dos blocos no poder da burguesia, incentivando a concentração e centralização do capital no interior do território nacional. A ampliação dos espaços de valorização, através do surgimento dos blocos regionais, exige um salto no tamanho das estruturas de capitais sediados em cada território nacional. Deve-se incentivar fusões e aquisições entre as empresas, ocorrendo uma verdadeira revolução no perfil da burguesia de cada país. Surge, cada vez mais, uma burguesia regional e mais ainda, transnacional, global. O re-arranjo da burguesia e suas frações é levado a cabo não apenas pelo jogo de mercado, mas pela trama de poder estatal, que pode beneficiar um ou outro grupo capitalista.

Com respeito às classes subalternas, o Estado capitalista aparece não mais como o Estado de Bem-Estar Social, mas como um Estado de Controle Social, utilizando para isso os mais diversos recursos político-institucionais, tais como mecanismos compensatórios, no tocante a políticas públicas setoriais, não universalizadas, ou mecanismos manipulatórios, através de reconstituição da própria institucionalidade democrático-representativa e de comunicação de massa, que busca agregar novos consentimentos sociais, cada mais precários; e mecanismos de repressão administrativo-policial, como resposta legal à desintegração da sociabilidade vigente.

Portanto, as funções clássicas do Estado capitalista, salientada pelos clássicos da ciência política, permanecem as mesmas. O que ocorre é a posição de novas determinações, decorrentes da nova etapa de acumulação do capital, que inserem o Estado capitalista no interior de um nexos de articulações não apenas subnacionais, mas, principalmente, supranacionais regionais (e mundial). As novas articulações supranacionais tendem a assumir uma importância estratégica decisiva para a própria reprodução social de cada Estado-nação.

Esse nexos supranacional de articulações de Estados-nação, que surgem como "blocos regionais", e que tem na União Europeia seu maior desenvolvimento sócio-histórico, é que tende a se constituir como um nova estatalidade capitalista regional, um novo "animal estatal" que anuncia novos espaços de valorização do capital no limiar do século XXI e que divide ou compartilha com as realidades estatais nacionais uma série de prerrogativas que caracterizaram o "Leviatã" moderno na sua origem.

Por outro lado, a nova estatalidade capitalista impõe a presença de tecno-estruturas mundiais, verdadeiros representantes para-estatais do capital - ONU, OMC e FMI. Tais instituições globais não decretam, é claro, a morte do Estado-nação, mas, pelo contrário, o recolocam no seu verdadeiro lugar, dando um suporte institucional (e financeiro) à nova estatalidade capitalista.

A "globalização" - ou a mundialização do capital - impõe a reconstrução do Estado capitalista rumo a uma "estatalidade" superior adequada a criar novos espaços de valorização do capital. Entretanto, vale salientar que as transformações estruturais do Estado capitalista ocorrem apenas enquanto organizador dos espaços de valorização do capital industrial (e comercial). Ele serve às novas movimentações da mundialização produtiva, do poder das corporações transnacionais, com seus investimentos externos diretos. Diante da fração do capital financeiro, do capital volátil, da financeirização, o Estado capitalista "desapareceu", tornou-se apenas submisso à mundialização financeira, que tende cada vez mais a prejudicar os próprios planos nacionais de desenvolvimento e de reconstituição dos novos espaços de valorização. Pode-se dizer que, em virtude da desregulamentação e, portanto, não-controle dos fluxos de capitais financeiros, o Estado capitalista tende a se "auto-mutilar" diante dos interesses do capital financeiro, prejudicando a própria reprodução social. Mais do que nunca, o capital surge como uma "contradição viva" no processo civilizatório humano-social.

É claro que, entre o capital produtivo e o capital financeiro, existem vínculos intrínsecos decorrentes da própria crise estrutural de valorização capitalista (a crise de superprodução obriga as corporações transnacionais a procurarem o mercado financeiro como um importante *locus* de rentabilidade, mesmo que fictícia). Por isso, a crise do Estado capitalista decorrente da mundialização do capital, compreendida como um novo regime de acumulação sob a dominância do capital financeiro, pode ser caracterizada como sendo um crise de crescimento de uma nova estatalidade capitalista cindida, de modo contraditório, entre as prerrogativas da acumulação real e a acumulação fictícia do capital, posto como sujeito em processo. Ou ainda, sob a era da financeirização, estamos diante de um Estado capitalista "negado" no interior de sua própria afirmação como organizador dos espaços de valorização do capital.